

CENÁRIO E PERSPECTIVAS SOCIOECONÔMICAS DA COMUNIDADE DE ARTESÃOS: O CASO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO - AL

Lydayanne Lilás de Melo NOBRE (1); Éder Júnior Cruz de SOUZA (2)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas. Rua Lourival Alfredo nº176, Bairro – Poeira, Marechal Deodoro – Al, CEP: 57160-000; lydayanne@hotmail.com.

(2) Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas, Campus – Marechal Deodoro, Rua Lourival Alfredo nº176, Bairro – Poeira, Marechal Deodoro – Al, CEP: 57160-000; edergeografia@hotmail.com.

RESUMO

O presente artigo faz um diagnóstico das principais políticas de desenvolvimento local implementadas no Estado de Alagoas, entre os anos de 2004 a 2008, buscando entender como estas políticas contribuíram ou não para o fortalecimento do arranjo produtivo local dos artesãos, em um estudo de caso e de campo no município de Marechal Deodoro, que possui elementos naturais: laguna e praias, além dos artificiais: com seu “Santuário Colonial”, tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural; tendo como principais atividades econômicas a pesca, o turismo e o artesanato. Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica, posteriormente uma pesquisa em órgãos públicos estaduais e municipais para a constatação de programas e projetos de desenvolvimento local e fortalecimento dos arranjos produtivos implantados pelos artesãos. Para finalizar, foram realizadas visitas aos artesãos para aplicar um questionário socioeconômico que possibilitasse uma contraposição das informações obtidas, buscando entender se as políticas públicas implantadas realmente contribuíram para o fortalecimento do arranjo produtivo e para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade de artesãos. Concluindo-se que existe uma carência de políticas públicas, por ter sido constatado que existe uma variedade de projetos do Governo Estadual, mas estes não atingiram a população do município estudado que sobrevive de programas assistencialistas do Governo Federal, não diminuindo em nenhum aspecto as disparidades socioeconômicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Desenvolvimento Local, Arranjos Produtivos Locais, Socioeconômicas, Artesãos.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em políticas públicas de desenvolvimento local, nos dias atuais, vêm logo a concepção de que as empresas, governos e organizações não governamentais estão juntos nos processos de mobilização por melhorias dos três atores e a cada possibilidade de mudança política, estes são levados a ter crenças, esperanças de que as novas lideranças podem trazer mudanças socioeconômicas.

Mas, na prática tudo ocorre de forma diferente, pois estes grupos lutam por benefícios para si e esta é uma tendência que cresce a cada década, por causa dos padrões do mercado, que visa somente à obtenção de lucro, através de grandes produções e acumulação de riquezas a qualquer custo, mantendo assim, os indicadores de pobreza, desigualdade, discriminação.

Considera-se pobre uma pessoa que não tem dinheiro, que tem carência de acesso a bens materiais e imateriais vitais à existência humana. Porém, a pobreza pode ser entendida para além desses fatores econômicos, correspondendo a uma situação social que impede o indivíduo de desenvolver plenamente as suas potencialidades (FRANCO, 2002).

No Brasil, ao discutirmos pobreza, faz-se necessário explicar a diferenciação entre crescimento e desenvolvimento econômico, sendo o primeiro um processo que mede os indicadores econômicos (PIB- Produto Interno Bruto), intensificando os lucros de um pequeno grupo; enquanto o segundo: gera renda, multiplica o número de proprietários produtivos, elevam o nível de escolaridade da população, aumenta o número de organizações da sociedade civil, ou seja, aumenta a produção e democratiza o acesso à riqueza, dando uma melhor qualidade de vida para as pessoas.

Diante da tentativa de caminharmos para uma sociedade que tenha oportunidades de melhoria de qualidade de vida, levando em consideração as características de cada localidade, com seus aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais, políticos, territoriais, entre outros surge o conceito de desenvolvimento local.

Neste contexto, o presente artigo destina-se a avaliação das políticas públicas realizadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, em um estudo de caso e de campo no município de Marechal Deodoro – AL, destinadas aos artesãos durante os anos de 2004-2008, buscando entender a lógica das mesmas assim como avaliar a capacidade de gerar desenvolvimento local e seus impactos para a população alvo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Estado de Alagoas se insere nos nove Estados que formam a região Nordeste do Brasil, o qual ocupa uma área de 27.815,5 km², com uma população de 2.822.621 em 2000. A economia do Estado é historicamente calcada na agropecuária, onde a partir da década de 1960 a monocultura se destaca no mercado nacional, impulsionada pelo Pro Álcool e no âmbito regional se destaca na produção de leite como a maior bacia leiteira nordestina.

Já no setor industrial pouco representa, sendo constituído basicamente pela indústria canavieira, por outro lado o setor de serviços, tendo maior relevância à atividade turística, difunde grandes expectativas na economia alagoana (LIRA, 2004).

O quadro socioeconômico alagoano é fruto de um padrão de desenvolvimento adotado por sua elite patronal, que tem em mãos além do poder econômico como também o poder político que é traçado apenas para a reprodução do poder hegemônico da classe abastada, deixando as classes menos favorecidas às margens do desenvolvimento.

Tal afirmativa exemplifica-se através do estudo das políticas públicas implementadas pelo Governo Estadual que historicamente procuraram muito mais a geração de um crescimento do que de um desenvolvimento econômico.

Diante das características econômicas apresentadas do Estado de Alagoas, foi escolhido o município de Marechal Deodoro para estudo de caso, por ser um município economicamente rico por possuir uma renda per capita de R\$ 13.143, sendo duas vezes maior do que a de Alagoas R\$ 4.687, maior do que a do Nordeste R\$ 5.498 e do Brasil \$ 11.658 em 2005 (LINS, 2007).

Marechal Deodoro – AL está localizado na Messorregião do Leste Alagoano, na Microrregião Geográfica de Maceió, tendo uma área de 334 km² e uma população de 45.141 habitantes (LINS, 2007).

No setor primário a agricultura é centralizada na cana-de-açúcar, antiga tradição de monocultura do Nordeste com sua produção destinada a Usina e Destilaria Sumaúma, em conjunto com a Unidade de PVC da Brasken que compõe setor secundário. Já no terceiro setor o turismo como uma das principais fontes de renda e o comércio local movimentado pelos pagamentos de programas assistencialistas do Governo Federal.

Outra principal atividade no município é o artesanato que é uma atividade centenária, tendo diversas associações, organizadas por grupos de uma determinada rua, ou bairro, ou mesmo povoado. As lutas são constantes para se ter o reconhecimento e aos poucos já se faz parcerias e vendas internacionais, sendo de grande importância a parceria com as entidades governamentais para que estas se consolidem.

A esfera governamental é elemento fundamental na busca de resoluções para os problemas que envolvem o quadro socioeconômico da sociedade, tendo em vista a melhoria e manutenção da qualidade de vida para todos os cidadãos, de maneira que sejam atendidas as necessidades básicas da vida humana, ou seja, educação, saúde, segurança, moradia, alimentação, emprego, entre outros.

Ao contrário das premissas neoliberais, de intervenção mínima, ou mesmo inexistência, do Estado sobre a sociedade, entendemos que as políticas públicas são reconhecidamente importantes para a implementação desenvolvimentista da economia em todos os níveis escalares, de modo que venham a ser alcançado o desenvolvimento horizontal em contraposição ao desenvolvimento vertical. Isto é, onde todos os índices (socioeconômicos e também ambientais) cresçam por igual, livre do prejuízo de um em benefício de outros, como ocorre no outro caso em que a primazia se dar apenas nos índices puramente macroeconômicos (Produto Interno Bruto – PIB –, taxas de exportação e importação, superávit, déficit, entre outros).

SOUZA (2006) traz à baila diversos conceitos sobre Políticas Públicas, dentre os quais podemos destacar as proposições de Mead (1995) que “[...] define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”; Em Lynn (1980) “[...] como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”; Peters (1986) “[...] política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Finalizando a apresentação conceitual, a autora aponta a definição proposta por Laswell como a mais conhecida que são “[...] decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz”.

Fernandes (2007, p. 1), ao citar Bolívar Lamounier, diz que a compreensão de políticas públicas exige um empenho dobrado, pois, se por um lado necessita “[...] entender a dimensão técnico-administrativa que a compõe buscando verificar a eficiência e o resultado prático para a sociedade das políticas públicas [...]”. Mas, também por outro é necessário “[...] reconhecer que toda política pública é uma forma de intervenção nas relações sociais em que o processo decisório condiciona e é condicionado por interesses e expectativas sociais”.

Nesse sentido, a dominação exercida pelos conglomerados multinacionais, e as grandes empresas nacionais vinculadas ao grande capital monopoliza o mercado quase completamente, deixando às margens mercadológicas a produção local, sendo remetida a agregação de valor, por meio dos chamados “atravessadores”.

Assim, como solução dos problemas acerca do contexto acima descrito, surge à proposta dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) ou *cluters* que valorizando a produção local, levando-as a competir diretamente por espaço no mercado com o grande capital, insere o local no caminho do desenvolvimento, estimulando e inovando a produção através, principalmente, do conhecimento singular incluso no capital social de cada localidade.

Santos e Guarneri (2000), indicam que em muitos arranjos se têm a necessidade de melhora no processo de implementação no que tange as mediadas gerencias e de produtos, sendo esse o motivo da importância participativa de entidades de apoio técnico, por exemplo, universidades, centros de pesquisas, entre outros, sendo essencial a atuação destas na incorporação de novas tecnologias, treinamento de mão-de-obra, modelos gerenciais, entre muitas outras possibilidades.

Neste contexto, é oportuno explicar sobre a atuação do Sebrae para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais com o objetivo de colaborar com os territórios num aperfeiçoamento dos negócios das micro e pequenas empresas, além dos associados que operam em forma de rede em busca do melhoramento econômico das localidades, pois cada local possui características distintas do outro, sendo necessário um estudo específico considerando as redes de atores sociais, as potencialidades, vocações e oportunidades, as vantagens comparativas e competitivas, os recursos naturais renováveis e não-renováveis, a infra-estrutura existente, o capital humano, o capital social, a cultura empreendedora, a cultura local, a capacidade de atrair investidores entre outros fatores.

Contudo, diante da proposta do Sebrae, faz-se necessário entender o modelo de obtenção da proposta dos APLs, que seria a implementação em locais que se trabalhe com processo do desenvolvimento local que mobiliza pessoas e instituições, buscando uma transformação da sociedade e da economia, superando as dificuldades e criando oportunidades para todos na constante luta pela igualdade social.

O desenvolvimento é um processo planejado, pensado, induzido e promovido e o local é uma região, um país, um município. Mas, para ocorrer o desenvolvimento local é necessária uma reunião de vários fatores, como acesso à renda, à riqueza, ao conhecimento e ao poder pelas pessoas.

Existem duas dinâmicas que sempre estarão presentes nos processos de desenvolvimento local: a dinâmica cooperativa, sem a qual não se efetiva um processo de desenvolvimento local, forma a comunidade; e a dinâmica competitiva que insere a localidade num processo de desenvolvimento cuja racionalidade é dada, em parte pelo mercado. No entanto, unidades competitivas podem ser constituídas com base na cooperação e essa parece ser a condição para que pequenos atores sociais locais não sejam destruídos pela concorrência com atores maiores num âmbito global.

Nem toda experiência local de desenvolvimento pode ser considerada como uma experiência de desenvolvimento local integrado e sustentável. É necessário que se efetive, nessas experiências, um cardápio mínimo de ações, endógenas e exógenas, para que elas possam ser reconhecidas como tal.

Fica claro que o Desenvolvimento Local Integrado Sustentável não é uma estratégia somente econômica. Ele é um campo de experimentação para novas políticas, novas práticas sociais e novas práticas de desenvolvimento. Nesse caso pode-se dizer que a sustentabilidade é, de certo modo, a resultante de uma combinação dessas práticas.

METODOLOGIA

Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica de autores como Albagli (2003), Buarque (1999), Carvalho (2007), Franco (2002), Lins (2006), Lira (2004), Sachs (2000), Santos (2005), entre outros; que consubstanciaram as discussões e a caracterização do Estado de Alagoas e do município de Marechal Deodoro.

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa em órgãos públicos estaduais e municipais para a constatação de programas e projetos de desenvolvimento local e fortalecimento dos arranjos produtivos implantados pelos artesãos.

Para finalizar, foram realizadas visitas aos artesãos para aplicar um questionário socioeconômico que possibilitasse uma contraposição das informações obtidas, buscando entender se as políticas públicas implantadas realmente contribuíram para o fortalecimento do arranjo produtivo e para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade de artesãos.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Na biblioteca da Secretária de Planejamento, encontramos o Plano Plurianual PPA de 2004 a 2007 do Governo do Estado de Alagoas, onde estão todos os projetos do governo deste período e seus respectivos investimentos. Os projetos mais importantes para o contexto de nossa pesquisa seguem listados abaixo:

PROJETOS	OBJETIVOS	INVESTIMENTOS
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – APLs	Organizar um programa para a promoção e o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais no Estado de Alagoas formados por micros, pequenas e médias empresas.	R\$ 9.432.942,00 em 2004 e entre 2005 e 2007 R\$ 40.533.621,00.
IDENTIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	Incentivar os micros, pequenos e médios empresários visando assegurar uma competitividade sustentável.	R\$ 9.432.942,00 em 2004 e entre 2005 e 2007 R\$ 40.533.621,00.
APOIO A DISSEMINAÇÃO AO PROJETO EMPREENDER	Buscar aplicar a metodologia do empreendedor aos micro e pequenos negócios.	R\$ 62.000,00 em 2004 e entre 2005 e 2007 R\$ 228.646,00.
PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL	Orientar a definição de política de suporte ao crescimento da atividade econômica, orientando o estabelecimento de ações incentivadoras à implementação de novos empreendimentos privados e modernização e ampliação dos já existentes, com foco nas cadeias e arranjos produtivos estratégicos.	R\$ 711.018.489,00 em 2004 e entre 2005 e 2007 R\$ 2.604.661.903,00.
APOIO AO ARTESÃO EMPREENDEDOR - PREARTE	Apoiar os artesãos em relação à produção e comercialização de seus produtos, visando um melhor aproveitamento dos materiais utilizados, diminuindo custos e dando possibilidade de financiamentos.	R\$ 97.000,00 em 2004 e entre 2005 e 2007 R\$ 393.160,00.
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE APOIO À CULTURA	Resgate da história e da cultura das minorias e das etnias do Estado.	R\$ 833.020,00 entre 2005 e 2007.
IMPLANTAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS	Desenvolvimento de uma relação harmônica e sustentável da população jovem dos municípios abrangidos com o meio ambiente, contribuindo para a construção de um processo de valorização, recuperação, enriquecimento, ampliação e manutenção dos recursos naturais locais, ainda, estimular o consumo de produtos de hortas que proporcionem um incremento qualitativo positivo nutricional em sua dieta, sem desconsiderar a atividade como fonte de geração de emprego e renda.	R\$ 353.500,00 em 2004 e entre 2005 e 2007 R\$ 477.602,00.

Tabela1: Projetos do Governo Estadual.

Fonte: Nobre, Lydayanne Lilás de Melo.

Com estes dados em mãos foi confeccionado um questionário para ser aplicado aos artesãos do município de Marechal Deodoro – AL para verificar o perfil social como também se foram beneficiados pelos projetos governamentais, entre os anos de 2004-2008. Todos os entrevistados foram do sexo feminino. Abaixo estarão alguns dados mais relevantes do trabalho:

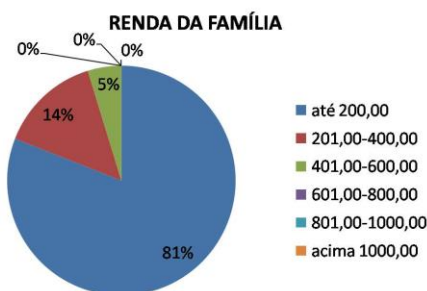


Gráfico1: Renda familiar
Fonte: NOBRE, Lydayanne Lilás de Melo

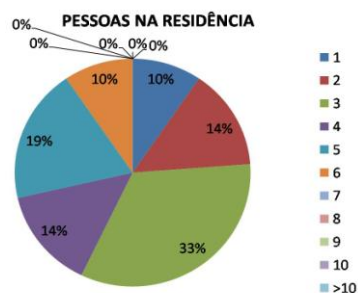


Gráfico2: Número de pessoas na residência
Fonte: NOBRE, Lydayanne Lilás de Melo

Podemos inferir que a renda familiar é muito baixa, não tendo nenhum artesão que ganhe mais de dois salários mínimos, juntando a renda de toda a família, que chega até seis pessoas em uma residência, ficando dependentes de programas assistencialistas do Governo Federal para sobreviver ou sobrevivendo em condições subumanas. Mesmo o município sendo considerado economicamente rico, sua população é pobre pela má distribuição de renda. Para entender o quanto a tradição do artesanato influencia nas escolhas profissionais dos deodorenses:



Gráfico3: Profissão dos pais
Fonte: NOBRE, Lydayanne Lilás de Melo



Gráfico4: Filhos com a mesma profissão
Fonte: NOBRE, Lydayanne Lilás de Melo

Esta profissão tanto é passada de geração para geração como também surgem a cada dia novos adeptos, que não tem esta profissão como tradição familiar, mas observam nela uma oportunidade de um futuro profissional para as futuras gerações deodorenses por não ter no município muitas variedades de emprego, ainda mais quando não se tem um nível de escolaridade para desempenhar determinadas funções, como de funcionário público, um dos melhores no município. Quando perguntados sobre benefícios recebidos:

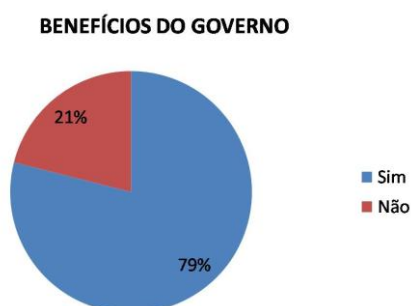


Gráfico5: Benefícios do governo
Fonte: NOBRE, Lydayanne Lilás de Melo



Gráfico6: Benefício para exercer profissão
Fonte: NOBRE, Lydayanne Lilás de Melo

Quase 80% dos entrevistados já receberam benefícios, mas estes são da Bolsa Família do Governo Federal e da Petrobras por conta de suas atividades obrigatórias de responsabilidade social. E mesmo com uma

demanda de programas federais e empresariais nem todas as pessoas estão inseridas; Tendo mais de 60% que receberam benefícios para exercer a sua profissão, através de parcerias com o Sebrae e Petrobras, que proporcionaram cursos e treinamentos, ensinando-lhes, principalmente, como negociar. Quanto às movimentações para melhores condições:

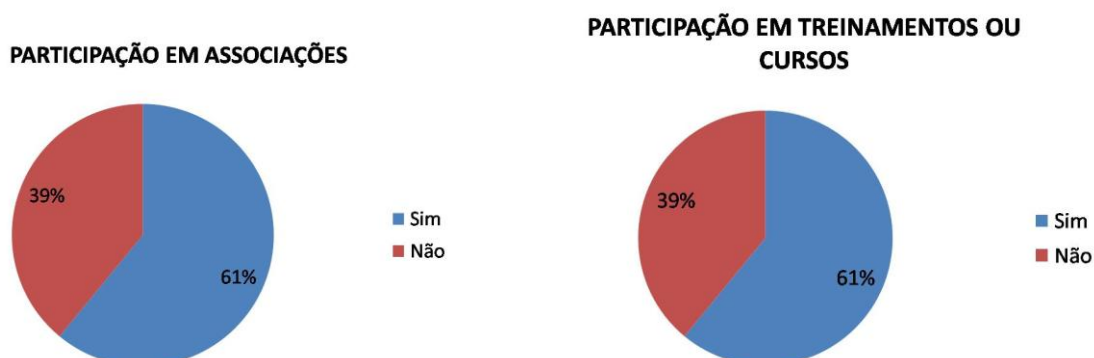


Gráfico7: Participação em associações
Fonte: NOBRE, Lydayanne Lilás de Melo

Gráfico8: Participação em treinamentos e cursos
Fonte: NOBRE, Lydayanne Lilás de Melo

Existem várias associações de artesãos no município, seja de rua, bairro ou mesmo povoado, por isso o valor 60% é considerado muito baixo, quando comparado a quantidade existente de benefícios associados, que facilitam as negociações com a prefeitura e a participação em eventos tanto para divulgar como para vender seus produtos e todos juntos ganham muito mais.

É interessante que mais de 60% dos artesãos foram beneficiados com cursos de alfabetização em 2008, empreendedorismo, associativismo, demonstrando a grande preocupação do Sebrae para que esta atividade se desenvolva, partindo do pressuposto de que é preciso ter conhecimento, saber ao menos ler e contar para negociar, tem que saber vender o produto, sem deixar ser enganado.

E por último perguntou-se como eles acreditam que vai ser o futuro de sua profissão no município de Marechal Deodoro – Al, tendo respostas como: “Não tem futuro nenhum que beneficie a profissão não”; “Não tem futuro”; “Vai acabar quando os idosos morrerem”; “Não vai mudar nada”; “Antes tinha esperança de melhorar, mas hoje falta muito apoio”; “Não tem futuro, pois ninguém valoriza”; “Futuro promissor, para isso está sendo divulgadas técnicas do artesanato, através do Projeto Re-Bordando Bico Singeleza”; “Tem futuro, mas precisa de investimento”.

CONCLUSÃO

A visão que sustenta as ações econômicas brasileiras é que devemos crescer economicamente, mas o Brasil e seus Estados e municípios precisam vencer o grande desafio que é atingir um desenvolvimento econômico em detrimento deste crescimento que aumenta cada vez mais as disparidades sociais.

A maneira correta de desenvolver o município através dos APLs é destacando a presença dos atores sociais e a capacidade de atuarem no mesmo setor produtivo, a chave para a construção de um município que se traduza, efetivamente, em uma unidade de desenvolvimento, pois revela o seu protagonismo local. Ninguém melhor que os atores sociais para reconhecer e valorizar as potencialidades locais, com suas vocações, oportunidades e vantagens comparativas e competitivas.

O Sebrae teve grande influência em uma melhora na atividade de artesões, através de cursos de capacitação, tanto empreendedor como dos benefícios de se associar, mas poderia ter feito muito mais e ter transformado

essa capacitação em algo contínuo, pois quem está entrando agora na atividade não teve a oportunidade de assimilar a bagagem de informações e práticas indicadas pelo Sebrae por não ter mais esses cursos.

As políticas públicas, quando bem e seriamente direcionadas aos seus objetivos, são prerrogativas essenciais para o rápido e eficaz desenvolvimento – que atendam os requisitos mínimos de vivência, e não de sobrevivência, no que tange as necessidades físico-psicossocial humana – de comunidades marginalmente desenvolvidas. E, o poder estatal, mesmo com a inserção de outros setores sociais que muitas vezes pregam uma ideologia baseada no estado mínimo, se configura indubitavelmente como o principal formulador e implementador de políticas públicas.

No trabalho se constata que se têm projetos para que estas políticas sejam eficientes e que colaboram com o desenvolvimento local e estes receberam milhões de reais de investimentos, mas na prática o município de Marechal Deodoro não foi contemplado, pois seus artesãos e continuam na atividade sem nenhuma mudança econômica, social.

Mas, verifica-se que mesmo sendo um município que está localizado em um Estado subdesenvolvido, Marechal Deodoro – AL tem todas as características para se tornar um município desenvolvido pela ação de sua população em conjunto com a prefeitura e suas secretárias, através de um núcleo de DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável) que investiga os planos, programas e projetos, tendo poder de opinião e decisão rumo ao tão idealizado desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, Sarita & BRITO, Jorge (org.). **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e inovativos Locais**. Redesist, 2003.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: perfil estadual-Alagoas. Disponível em: <www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em: 26 jul 2009.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia popular**: uma via de modernização para Alagoas. 2. ed. rev. ampl. Maceió: Edufal, 2007.

FRANCO, Augusto. **Pobreza & Desenvolvimento**. Brasília. Aed, 2002.

Governo do Estado de Alagoas. **Plano Plurianual PPA 2004/2007**. Maceió. 2004.

LINS, Stefani Brito (Coord). **Enciclopédia - Municípios de Alagoas**. Maceió-AL: Instituto Arnon de Mello, 2006.

LIRA, Fernando José de. **Crise, privilégio e pobreza**: Alagoas no limiar do terceiro milênio. Maceió: Edufal, 1997.

_____. **Potencialidades e ilusão do desenvolvimento do Estado de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2004.

SANTOS, Angela Maria Medeiros M. & GUARNERI, Lucimar da Silva. **Características Gerais do Apoio a Arranjos Produtivos Locais**. BNDES Setorial, n. 12. Rio de Janeiro, 2000. Pp. 195-204. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set1210.pdf>>. Acesso em: 26 jul 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. Wagner Costa Ribeiro (Org.Apres. Notas); Carlos Walter Porto Gonçalves (Ensaio). São Paulo: Publifolha, 2002.

SEBRAE. **Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais**. Brasília. 2005.